

1 **Tese Nº 01**

2 **Tipo: Tese-guia**

3 **Título: Os desafios dos jornalistas num cenário complexo**

4 **Proponente: Diretoria da FENAJ**

5

6 **Justificativa**

7 A profissão de jornalista está, no período recente, sob grande impacto do avanço das novas
8 tecnologias digitais. Mais de 30 anos depois de sua chegada no Brasil, o ambiente da Internet já é
9 de longe o canal no qual mais circula informação no país. As grandes plataformas, as chamadas big
10 techs - Google, Meta, Amazon e outras -, empresas multinacionais, em sua maioria norte-
11 americanas, atuam no Brasil sem regulamentação. Ao contrário das empresas jornalísticas e
12 emissoras tradicionais, essas plataformas não são legalmente consideradas empresas de
13 comunicação, mas sim de tecnologia, e atuam na área da informação praticamente sem regras,
14 afetando a concorrência, os profissionais e a sociedade.

15 Como base de seu modelo de negócio, as grandes plataformas apropriam-se de forma
16 praticamente gratuita da produção jornalística. Isso vem dinamitando a chamada imprensa
17 tradicional, pois derruba a circulação paga de jornais e revistas, tanto na venda avulsa (a queda de
18 circulação e o fechamento de “bancas” estão aí a testemunhar) quanto de assinaturas, drenando
19 as verbas publicitárias, a outra fonte de sustentação das empresas. Mesmo mais lentamente, esse
20 processo atinge as emissoras de TV e rádio. As empresas tradicionais tentam fórmulas para migrar
21 sua produção para o meio digital (portais, sites, canais no Youtube etc), mas a rentabilização é
22 incerta, à medida em que são levados a um ambiente controlado pelas próprias *big techs*.

23 Os jornalistas, na base dessa pirâmide, veem as redações minguando, as negociações
24 salariais ficando muito difíceis e uma imposição crescente de acúmulo de funções, com a demanda
25 patronal para apurar, escrever, gravar e publicar dentro de uma mesma jornada. Com redações
26 menores, pioram as condições para o exercício de jornalismo, que exige com frequência tempo
27 para apuração. O resultado mais significativo é o fechamento em massa de empresas de

28 comunicação (em especial jornais e revistas impressas), criando dificuldades para a manutenção do
29 jornalismo profissional.

30 Esse cenário mostra como está na ordem dia a proposta da Federação Nacional dos
31 Jornalistas (FENAJ) de taxação do faturamento das plataformas digitais para criar um fundo de
32 fomento ao jornalismo, como resposta a essa situação, fornecendo suporte para que o jornalismo
33 profissional possa se estender ao Brasil inteiro, reduzindo os chamados "desertos de notícias".

34 O segmento de assessorias de imprensa, construído no Brasil há várias décadas, sobretudo a
35 partir de profissionais do jornalismo – que trouxeram a forma de trabalho, as técnicas e a ética
36 profissional como padrão de conduta –, vive a realidade da internacionalização no século 21, com a
37 chegada maciça do capital externo, adquirindo o controle de várias empresas. Iniciou-se uma
38 ofensiva com o objetivo de descaracterizar o trabalho de Assessoria de Imprensa como trabalho
39 jornalístico, tendo como consequência a perda das convenções coletivas de trabalho que existiam
40 em alguns estados e o desrespeito a direitos constantes na Consolidação das Leis do Trabalho
41 (CLT), como a jornada especial de trabalho.

42 Mesmo constando no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) como função jornalística, o
43 registro em carteira como assessor de imprensa depende de decisão do empregador no momento
44 da contratação. A formação específica em Jornalismo mostra-se de grande valor para esses
45 profissionais, que, com o advento crescente da comunicação em ambiente virtual, são chamados,
46 além das funções tradicionais de contato e relação com órgãos de imprensa, a apurar, elaborar e
47 publicar conteúdos diretamente ao público nas diversas áreas de trabalho – privada, pública, no
48 terceiro setor e nas assessorias sindicais.

49 Para a nossa categoria, o desafio é tornar os sindicatos presentes nas assessorias,
50 conscientizando os profissionais de sua condição de jornalistas e reafirmando a nossa identidade
51 enquanto categoria. Exige-se, ademais, apoderarmo-nos do entendimento de como as tecnologias
52 digitais impactam o cotidiano do trabalho, impondo novas tarefas e formas de produção do
53 conteúdo.

54 **Contexto geral da classe trabalhadora**

55 No mundo do trabalho, vivemos as terríveis consequências do avanço do neoliberalismo nos

56 últimos anos no país. Estratégia mundialmente hegemônica dos países capitalistas desde o último
57 quarto do século XX, mostra os resultados mais perversos nas economias e nas sociedades
58 periféricas, como a brasileira. Atualmente, temos quase 10 milhões de desempregados, 38 milhões
59 de trabalhadores na informalidade, sem proteção social e sem perspectiva de ter aposentadoria na
60 velhice.

61 Por aqui, este processo de agudização da precarização iniciou-se com as mudanças
62 regressivas na legislação trabalhista após o Golpe de 2016, particularmente com a Lei das
63 Terceirizações e da Reforma Trabalhista, de 2017, e posteriormente com a Reforma da Previdência,
64 de 2019.

65 No caso da primeira, legalizou a chamada "terceirização de atividade fim". Antes, só
66 poderiam ser feitas terceirizações de atividades de suporte às empresas, como segurança e
67 alimentação. Passou a ser legal que a principal atividade das empresas – no nosso caso, o
68 Jornalismo – possa ser realizada por profissionais alocados por outras empresas. Essa mudança
69 causa muita confusão em nossa categoria, sendo utilizada pelas empresas para precarizar
70 ilegalmente as relações de trabalho. O que a lei permite é que outra "empresa" aloque seus
71 profissionais contratados, com registro em carteira na empresa terceirizada e sob a sua direção.

72 A questão colocada é que, quando há pessoalidade, hierarquia, habitualidade e
73 remuneração, existem as condições que tornam obrigatório o vínculo empregatício. Quando o
74 jornalista é ele mesmo uma microempresa, que tem de trabalhar diariamente, ele próprio, sob a
75 chefia de alguém, e recebe um pagamento mensal para isso, é obrigatório o registro em carteira
76 pela empresa que recebe o serviço. Neste caso, a pejetização é fraude trabalhista. Claro, é preciso
77 separar, há situações em que o jornalista tem de fato uma pequena empresa de assessoria, que
78 presta serviços a várias empresas, o que já era legal e continua sendo.

79 A contrarreforma trabalhista, por seu lado, desmontou boa parte da legislação do trabalho,
80 atingindo fortemente a CLT. Instituída na década de 1940, a CLT veio sendo modernizada sem
81 cessar desde então, e atualmente é uma sigla sob a qual se abriga o conjunto da legislação
82 trabalhista.

83 Já a reforma Previdenciária, de 2019, já sob Bolsonaro, praticamente sepultou a

84 possibilidade de o trabalhador vir a ter direito efetivo de gozar sua aposentadoria. Com o aumento
85 da idade mínima e a imposição de 40 anos de contribuição, praticamente será impossível se
86 aposentar e, em caso da conquista do direito, de ter um provento integral digno que consiga fazer
87 frente às necessidades de sobrevivência na velhice, quando crescem os gastos com saúde e
88 assistência.

89 Adotadas em circunstâncias de ilegitimidade flagrante – depois da deposição de uma
90 presidente legitimamente eleita, com a ascensão de um vice, eleito com o mesmo programa
91 político-social, mas adotando uma orientação antagônica à aprovada pelos eleitores –, essas duas
92 "reformas" deveriam ser revogadas, criando-se as bases para um avanço democrático nas relações
93 de trabalho no Brasil. Isso é possível pelas mudanças recentes no cenário político.

94 Esse processo de destruição das leis do trabalho e previdência ocorreu em paralelo com
95 outra situação de gravidade. O Brasil ficou mais de seis anos mergulhado em um ambiente de
96 degradação política, sobretudo os quatro anos da gestão de Jair Bolsonaro (PL). Notório
97 manipulador e impulsionador de fake news, tinha na categoria dos jornalistas um de seus
98 principais alvos. Misógino, agrediu verbalmente mulheres jornalistas inúmeras vezes. A categoria
99 foi sempre defendida pelos sindicatos e pela FENAJ, por meio de protestos, notas, relatórios,
100 interpelações e ações judiciais, a exemplo da movida por meio do Sindicato dos Jornalistas de São
101 Paulo, com condenação até agora em segunda instância do ex-presidente por danos morais
102 coletivos à categoria.

103 Por outro lado, Bolsonaro é o responsável direto pela morte de milhares de brasileiros na
104 pandemia de Covid-19, por meio da disseminação do negociantismo científico, da promoção de
105 falsos remédios e do atraso na obtenção das imprescindíveis vacinas. Suas atitudes foram
106 combatidas incansavelmente pelo Jornalismo, que, durante a pandemia, viu crescer em muito a
107 sua procura e credibilidade por uma população ávida de informações confiáveis a respeito de uma
108 doença desconhecida. Em seu mandato, atacou sistematicamente a liberdade de imprensa.

109 Por meio de seu ministro da Economia, Paulo Guedes, submeteu o país a políticas de cortes
110 de investimento público, de desregulamentação econômica geral, de redução do serviço público
111 em todas as áreas (educação, saúde, meio ambiente, fiscalização do trabalho), de privatização de

112 estatais. Além disso, liberou e incentivou o armamento da sociedade (foram 600 mil armas
113 vendidas a mais do que a média do período anterior), com graves consequências, como a que
114 assistimos agora, com a escalada de violência em vários estados do Brasil.

115 Em nossa área, prosseguiu na ação nefasta de Temer e aparelhou a Empresa Brasil de
116 Comunicação (EBC), anulando a diferenciação entre comunicação estatal e pública, enquanto
117 buscou usar a empresa para disseminar desinformação e autopromoção (com brava resistência dos
118 profissionais concursados que compõem o quadro básico da emissora).

119 Nas eleições de 2022, o povo brasileiro conseguiu superar toda a manipulação e fraude
120 armada pelo governo para ganhar as eleições - como o uso de bilhões do dinheiro público para
121 distribuição oficial apenas no período eleitoral, disseminação maciça de fake news, utilização
122 criminosa do aparelho de estado (como no caso da Polícia Rodoviária Federal, para bloquear o
123 acesso às urnas), entre outros expedientes - e impôs uma histórica vitória da candidatura de Luiz
124 Inácio Lula da Silva (PT). O sinal das urnas foi a defesa da democracia, das demandas sociais, da
125 recuperação do poder aquisitivo e dos programas públicos, entre vários outros pontos.

126 A tentativa de golpe de 8 de janeiro causou forte preocupação e indignação na sociedade e
127 houve uma resposta institucional dura que penaliza os golpistas, intimidando e desencorajando
128 novas tentativas. Mas a punição tem de atingir os verdadeiros responsáveis, como os grandes
129 empresários financiadores do golpismo e a cúpula das Forças Armadas, em sua maioria cúmplice
130 ou conivente com as armações antidemocráticas.

131 Em seus primeiros meses, o governo Lula tomou medidas importantes como o retorno da
132 valorização do salário-mínimo, recuperação de programas sociais, reversão da política de
133 destruição do meio ambiente, revalorização dos povos indígenas – voltando com as demarcações
134 de terra –, redução do acesso a armas e retomada do papel relevante e progressista do Brasil no
135 cenário internacional.

136 Essas medidas, de melhorias básicas e pontuais na vida do povo, segurando o ímpeto
137 destrutivo do capitalismo, notadamente em um país de desigualdades sociais indecentes, são
138 importantes e necessárias, oferecendo à análise a figura de um cartão de visitas do novo governo.

139 Mas, é preciso implementar plenamente ações que a população anseia, de mudanças

140 estruturais. Contra isso, o governo enfrenta um Congresso Nacional de maioria conservadora e
141 hostil, com políticos interessados principalmente nos recursos do estado brasileiro para
142 desenvolver suas políticas paroquiais. Não devemos esquecer que para derrotar o governo fascista
143 foi necessário formar uma frente heterodoxa (que forma o governo) e que das urnas saiu um
144 parlamento majoritariamente associados à base de sustentação do governo passado, o que já
145 indicavam expectativas limitadas em relação à potencialidade de se efetivarem reformas
146 estruturais.

147 Os sindicatos e os sindicalistas, assim como todo o movimento social, abraçaram a frente
148 democrática que ajudou a eleger o atual governo e, agora, devem interferir no sentido da
149 aplicação do programa progressista, de defesa do trabalho decente e de um país solidário, humano
150 e sustentável.

151 Exige-se desses movimentos sindicais e populares adotar uma política de mobilização
152 crescente pelas demandas de seu interesse. Até porque, o modelo praticado nos seis anos e meio
153 de Temer/Bolsonaro está desmoralizado. O volume de empregos prometidos pós-reformas não foi
154 gerado, ampliou-se a desigualdade ocupacional e salarial, cresceu a precarização (com o avanço de
155 forma flexíveis de contratação, uso e remuneração da força de trabalho), enfraqueceu-se os
156 sindicatos, as negociações coletivas e as instituições públicas de defesa do trabalho.

157 Um exemplo importante do que podemos fazer é a luta dos jornalistas brasileiros para
158 reconquistar a sua regulamentação profissional com base no diploma superior específico. O móvel
159 dessa luta é a aprovação da chamada PEC do Diploma pela Câmara Federal, após ter sido adotada
160 no Senado. As entidades sindicais estão em ampla campanha dirigida aos deputados, que já passou
161 por uma primeira caravana a Brasília, realizada em abril de 2023, e que prossegue, em cada Estado,
162 com a abordagem aos parlamentares e a busca de seu compromisso com a aprovação da PEC, além
163 da mobilização da universidade e de amplos setores sociais. Na nossa proposta de regulamentação
164 profissional, o trabalho de assessoria de imprensa está descrito como função jornalística, sanando
165 uma importante lacuna na atual legislação.

166 **Pauta prioritária dos jornalistas**

167 A FENAJ apresentou ao presidente Lula durante a campanha eleitoral de 2022 e entregou ao

168 ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, o documento “Oito Pautas
169 Prioritárias das e dos Jornalistas Brasileiros”, que incluiu os pleitos da aprovação da PEC do
170 Diploma, da atualização da Regulamentação Profissional, da criação do Conselho Federal de
171 Jornalistas e do Piso Salarial Nacional da categoria, instituição do Fundo Nacional de Apoio e
172 Fomento ao Jornalismo, regulação das comunicações e das plataformas digitais, fortalecimento da
173 Comunicação Pública e Recuperação da EBC, além de revogação das contra reformas.

174 Todas essas pautas estão na ordem do dia para nossa categoria. A FENAJ tem atuado em
175 torno da PEC do Diploma e Regulamentação Profissional junto à Câmara Federal e ao governo,
176 como questões basilares, que reforçam e impulsionam os demais pontos do programa da entidade.
177 Em seu conjunto, se implementadas, permitirão um ambiente de trabalho melhor aos jornalistas,
178 incluindo os profissionais do segmento de Assessoria de Imprensa, além de reforçar o Jornalismo
179 Profissional e a necessária democratização das comunicações no Brasil.

180 Importante ter em mente que a tarefa de reconstrução do Brasil é gigantesca, complexa e
181 árdua. E não acontecerá num ambiente de desinformação, mentira, confusão, negacionismo
182 estratégico e negação do Jornalismo. A recomposição democrática nacional exige, portanto, a
183 democratização urgente e radical dos meios de comunicação, tanto das tradicionais como das
184 novas e potentes tecnologias.

185 Diante disso, defendemos uma nova conferência nacional de comunicação, que resgate e
186 atualize as decisões da primeira e que tenha a participação do setor econômico da comunicação
187 em toda sua extensão, da sociedade civil organizada e dos trabalhadores do segmento. Uma
188 conferência que seja fundamentalmente pautada pelo interesse público e pela defesa do estado
189 nacional como base para a reconstrução da democracia no Brasil.

190 **Propostas**

- 191 1. FENAJ e Sindicatos de Jornalistas devem lutar pela revogação das contrarreformas trabalhista
192 e previdenciária
- 193 2. FENAJ e Sindicatos devem lutar pela realização de uma nova Conferência Nacional de
194 Comunicação
- 195 3. FENAJ e Sindicatos devem integrar os movimentos em defesa da EBC, lutando para

- 196 reconstituição do caráter público da empresa, com o restabelecimento do Conselho Curador e
197 do mandato do presidente
- 198 4. FENAJ e Sindicatos devem lutar pela realização de concurso público para o provimento de
199 cargos de jornalista na EBC
- 200 5. FENAJ e Sindicatos devem lutar pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional
201 206/2012, que restabelece a obrigatoriedade do diploma de nível superior específico para o
202 exercício do Jornalismo
- 203 6. FENAJ e Sindicatos devem lutar pela atualização da regulamentação profissional da categoria
- 204 7. FENAJ e Sindicatos devem lutar pela criação do Conselho Federal de Jornalistas
- 205 8. FENAJ e Sindicatos devem lutar pela criação do Piso Salarial Nacional de Jornalista
- 206 9. FENAJ e Sindicatos devem lutar pela regulação da mídia eletrônica e das plataformas digitais
- 207 10. FENAJ e Sindicatos devem lutar pela taxação das grandes plataformas digitais e criação do
208 Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo